ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS/MG.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003330/2025

MINAS CAPITAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **54.164.523/0001-00**, com sede à Rua Três, 757, Loja 06, San Marino – Ribeirão das Neves – CEP 33836-012, por seu representante legal abaixo-assinado, vem, respeitosamente, apresentar o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fulcro no artigo 165 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da decisão que declarou como vencedora do Lote 1 a empresa **RODRIGO ANTÔNIO DOS SANTOS EPP** (CNPJ 42.896.449/0001-20), pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, tendo em vista a manifestação tempestiva de intenção recursal, sendo este interposto dentro do prazo legal previsto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e conforme item 9 do edital.

II – DOS FATOS

A empresa **RODRIGO ANTÔNIO DOS SANTOS EPP**, inscrita no CNPJ nº 42.896.449/0001-20, foi declarada vencedora do Lote 1 do Pregão Eletrônico nº 013/2025, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de cestas básicas, conforme especificações técnicas previstas no Termo de Referência do edital.

De acordo com a Ata de Disputa e a proposta apresentada, a empresa vencedora ofertou os seguintes produtos e marcas para composição do kit do Lote 1:

ARROZ AGULHINHA – Marca: CAMPINEIRO

MOLHO DE TOMATE – Marca: DEZ MAIS

Entre outras marcas como EUROÇÚCAR, PRAMAR, KI DELÍCIA, CASAREDO, GLOBO e PORTO ALEGRE.

Ocorre que, ao confrontarmos os itens propostos com as exigências do edital, verifica-se incompatibilidade técnica com os seguintes produtos ofertados pela empresa declarada vencedora:

a) ARROZ AGULHINHA TIPO 1 – MARCA CAMPINEIRO

Conforme disposto no Termo de Referência (Anexo I do Edital), exige-se:

“Dois pacotes de 05 kg de arroz agulhinha branco tipo 1, classe longo fino, grãos inteiros, polidos, coloração perolada e translúcida, fisiologicamente desenvolvidos, maduros, sadios, isentos de substâncias tóxicas, impurezas e parasitos, acondicionado em embalagem original plástica atóxica, transparente e não violada”.

Entretanto, a marca Campineiro, indicada pelo fornecedor vencedor, não atende à classificação “Tipo 1” conforme critérios do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Laudos técnicos e manifestações anteriores de fornecedores como Campos e Rabelo Ltda e Nutrilar já demonstraram que o arroz da referida marca apresenta:

- Elevado percentual de grãos quebrados e gessados;
- Coloração irregular;
- Impurezas acima do limite;
- Inconsistência com a padronização exigida para o Tipo 1.

Essa condição compromete a qualidade alimentar e infringe diretamente o item do edital, que exige a entrega de arroz com padrão elevado, conforme as normativas da Instrução Normativa nº 6/2009 do MAPA.

b) MOLHO DE TOMATE 300G – MARCA DEZ MAIS

O edital, igualmente, estabelece de forma objetiva:

“Pacotes ou sachês com 300 gramas de molho de tomate com aspecto físico pastoso e composição mínima de: tomate, amido modificado, cebola, sal, salsa e alho.”

Contudo, a marca Dez Mais, conforme consulta em sua linha de produtos e rótulos conhecidos no mercado, não possui em sua composição todos os ingredientes exigidos no edital, notadamente:

- Ausência de salsa;
- Ausência de amido modificado (substituído por espessantes simples ou aromatizantes).

Além disso, a descrição do produto fornecida na proposta do fornecedor não especifica a composição exata do molho, impedindo a verificação do cumprimento integral das exigências.

Dessa forma, ambos os produtos ofertados estão em desconformidade técnica com o edital, o que enseja a desclassificação da proposta da empresa RODRIGO ANTÔNIO DOS SANTOS EPP, sob pena de violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e isonomia.

III – DA INADEQUAÇÃO TÉCNICA DOS PRODUTOS

a) Arroz Agulhinha Tipo 1 – Marca Campineiro

O Edital é claro ao exigir, no Termo de Referência, a entrega de:

“Arroz agulhinha branco tipo 1, classe longo fino, grãos inteiros, polidos, coloração perolada e translúcida, fisiologicamente desenvolvidos, maduros, sadios, isentos de substâncias tóxicas, impurezas e parasitos, acondicionado em embalagem original plástica atóxica, transparente e não violada”.

Contudo, conforme laudo técnico que será anexo a este recurso, o arroz da marca Campineiro não possui classificação Tipo 1, pois não atende aos critérios do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ) do MAPA quanto aos limites máximos de grãos quebrados, manchados e outros defeitos.

Importante destacar que concorrentes assíduos da Prefeitura de Jaboticatubas, como Campos e Rabelo Ltda e Nutrilar, já relataram em certames anteriores a inadequação da marca Campineiro para classificação Tipo 1, sendo inclusive desclassificados produtos idênticos por não atenderem aos padrões de qualidade exigidos.

Logo, a aceitação da referida marca compromete a isonomia entre os licitantes e a integridade do processo, razão pela qual a proposta da vencedora deve ser desclassificada, nos termos do art. 59, §1º da Lei nº 14.133/2021.

b) Molho de Tomate 300g – Marca Dez Mais

O edital exige expressamente que o molho de tomate apresente os seguintes ingredientes mínimos:

“Tomate, amido modificado, cebola, sal, salsa e alho, em aspecto físico pastoso”.

Contudo, não consta na linha de produtos da marca Dez Mais nenhum molho com a composição integral exigida pelo edital. Os rótulos disponíveis ao público e levantados no site da fabricante indicam a ausência de salsa e amido modificado, o que contraria frontalmente as exigências do Termo de Referência.

Desse modo, a aceitação da proposta da empresa vencedora implica em grave violação ao princípio da vinculação ao edital, insculpido no art. 11, inciso I da Lei nº 14.133/2021, e exige a imediata desclassificação do item ou revogação da adjudicação.

IV – DO DIREITO

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se aos procedimentos licitatórios os princípios da:

Legalidade,

Vinculação ao instrumento convocatório,

Isonomia,

Julgamento objetivo.

A proposta vencedora fere claramente todos esses princípios, devendo ser revista para garantir a lisura do certame.

Conforme previsto no art. 59, §1º da Lei nº 14.133/2021, “a Administração deverá anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.”

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a esta Ilustríssima Pregoeira:

- 1) O conhecimento e o provimento do presente recurso, por ser tempestivo e plenamente fundamentado;
- 2) A desclassificação da proposta da empresa RODRIGO ANTÔNIO DOS SANTOS EPP, por inobservância das exigências editalícias, especialmente quanto ao arroz e ao molho de tomate;
- 3) A adjudicação do Lote 1 à proposta válida subsequente, conforme a ordem de classificação constante da Ata.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Ribeirão das Neves, 16 de Julho de 2025.

MINAS CAPITAL
COMERCIO DE
ALIMENTOS
LTDA:5416452300
0100

Assinado de forma
digital por MINAS
CAPITAL COMERCIO DE
ALIMENTOS
LTDA:54164523000100

MINAS CAPITAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
54.164.523/0001-00